

As eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda eleições de segunda ordem?*

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU E ELEIÇÕES NACIONAIS DE SEGUNDA ORDEM

Quando as democracias assentam num sistema partidário estável e consolidado, as eleições são tudo menos acontecimentos independentes. Isto aplica-se a eleições consecutivas na mesma arena política em que os resultados da última consulta são, normalmente, mais ou menos semelhantes aos da seguinte. Aplica-se também a eleições a diferentes níveis de um sistema político em que os resultados de eleições ao nível principal tendem a afectar os resultados de eleições a outros níveis. Não há nisto nada de novo nem de extraordinário e há bibliotecas inteiras de publicações que o demonstram: os resultados das eleições intercalares americanas relacionam-se de uma forma característica com os das eleições presidenciais precedentes (Campbell, 1966 [1960]; Stimpson, 1976; Campbell, 1993). O mesmo se aplica às *Landtagswahlen* alemãs, que não são um evento intercalar único, mas sim um processo que se prolonga por todo o período legislativo federal. Nos primeiros anos, os seus resultados acompanhavam de perto o ciclo eleitoral nacional (Dinkel, 1977), embora esta relação, talvez em consequência do complexo e complica-

* MZES, Universidade de Mannheim.

** O presente artigo foi já publicado como «The European Parliament Elections of June 2004: still second order?» por Herman Schmitt na revista *West European Politics* (2005), vol. 28, pp. 650-679; v. ainda <http://www.tandf.co.uk/journals/titles/01.402382.asp>.

O autor, bem como os organizadores deste volume, agradecem a permissão concedida pela empresa Taylor and Francis/*West European Politics* para republicar o artigo na *Análise Social*.

do processo de reunificação alemã, pareça ter enfraquecido na última década, aproximadamente (Schmitt e Reif, 2003). É certo que não é necessário haver um sistema federal para que se estabeleça uma relação entre os resultados de eleições a níveis diferentes. As eleições parciais do Reino Unido (Norris, 1990) ou as eleições subnacionais da França (Bélanger, 2004) e de Portugal (Freire, 2004) parecem todas obedecer à mesma lógica.

Num artigo publicado há já alguns anos, que hoje parece uma exploração dos territórios então desconhecidos da «governança com múltiplos níveis»¹, Karlheinz Reif e eu identificámos duas categorias, ou tipos, de eleições que estão interligadas. Uma delas é geralmente considerada importante, por vezes até muito importante (por exemplo, quando o apoio pré-eleitoral ao governo e à oposição é, ou parece ser, igualmente forte, ou quando os apelos dos concorrentes se caracterizam por contrastes acentuados no que se refere às grandes decisões políticas, ou ambas as coisas); esta categoria corresponde a *eleições de primeira ordem*. As eleições de primeira ordem decidem quem está no poder e quais as políticas que irão ser adoptadas. Há eleições de primeira ordem em todos os sistemas eleitorais. Mas existe também outro tipo de eleições em toda a parte. Denominámos esta segunda categoria mais genérica como *eleições de segunda ordem*. São consideradas menos importantes por haver menos coisas em jogo. Entre elas incluem-se, por exemplo, as eleições subnacionais ou parciais, que referimos há pouco, mas também a eleição supranacional dos deputados ao Parlamento Europeu. Para os Estados membros da União Europeia, as eleições supranacionais para o Parlamento Europeu são uma eleição nacional adicional de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980).

Como há menos coisas em jogo nas eleições de segunda ordem e, em particular, nas eleições para o Parlamento Europeu, a forma como os seus resultados diferem dos de eleições de primeira ordem tem sido descrita de várias maneiras.

A PARTICIPAÇÃO É MENOR

Uma primeira diferença é que a politização de eleições de segunda ordem é reduzida e a mobilização eleitoral é menor do que em eleições de primeira ordem. Por conseguinte, *a participação do eleitorado nas eleições para o Parlamento Europeu é também previsivelmente menor*. Esta é a primeira

¹ Sobre a governança com múltiplos níveis, v., por exemplo, König *et al.* (1996), Kohler-Koch e Eising (1999) e Hooghe e Marks (2001).

hipótese que iremos testar com base nos resultados das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu.

Note-se que, segundo esta perspectiva, o reduzido grau de participação nada tem a ver com cepticismo em relação à UE nem com oposição ao Parlamento Europeu ou às suas políticas (v. Blondel *et al.*, 1998, onde se apresenta uma perspectiva diferente). Apesar dos lamentos jornalísticos (talvez) inevitáveis nos dias que se seguiram às eleições para o Parlamento Europeu, mantemos — e já demonstrámos repetidas vezes (Schmitt e Mannheim, 1991; Schmitt e van der Eijk, 2003) — que uma reduzida participação não é indício de uma crise de legitimidade da União Europeia. Esta é a nossa segunda hipótese, que iremos testar analisando os dados agregados e a nível individual referentes às eleições de 2004.

OS PARTIDOS DO GOVERNO PERDEM

Uma outra diferença importante entre as eleições de primeira e segunda ordem é que os eleitores aproveitam estas últimas como uma oportunidade de baixo custo de expressarem o seu descontentamento em relação aos partidos do governo. Os motivos de descontentamento são muitos: a probabilidade de desapontar os eleitores é muito maior no caso dos partidos responsáveis pelo governo do que no dos partidos da oposição. *Os partidos do governo nacional obterão, portanto, resultados piores nas eleições para o Parlamento Europeu* do que nas eleições de primeira ordem precedentes e nas eleições de primeira ordem seguintes. Esta é a nossa terceira hipótese, que iremos testar com base nos resultados das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu².

Mas as perdas dos partidos governamentais prendem-se também com outros aspectos. Não só se espera que os partidos do governo nacional percam apoio nas eleições de segunda ordem em comparação com os resultados das eleições de primeira ordem precedentes, como se espera que isso

² Estabelecemos uma distinção entre duas causas de perdas dos partidos governamentais nas eleições para o Parlamento Europeu. Uma delas é a mudança do sentido de voto: alguns eleitores que nas eleições de primeira ordem votam a favor do governo transferem o seu voto para partidos da oposição. A outra consiste em diferentes graus de mobilização: em eleições de segunda ordem é de prever uma maior abstenção por parte daqueles que votam no governo do que da parte de eleitores que votam em partidos da oposição. O Estudo sobre as Eleições Europeias de 1999 mostrou-nos que as diferenças em termos de mobilização é a principal causa de perda de votos dos partidos governamentais: a percentagem de eleitores que votam no governo em eleições de primeira ordem (41% em média) é muito superior à daqueles que votam na oposição (29% em média) (v. Marsh, 2005, quadro n.º 3.2).

aconteça de uma forma «ordenada». A ordem a que nos referimos denomina-se ciclo eleitoral (de primeira ordem) (por exemplo, Tufte, 1975). Segundo este conceito, a popularidade dos partidos governamentais é cíclica: após um breve período de euforia pós-eleitoral em que gozam de uma taxa de aceitação popular ainda mais elevada, a sua base de apoio diminui mais ou menos drasticamente até depois do meio do seu mandato, aumentando novamente na parte final do ciclo (para um nível desconhecido)³. Se isto for verdade, *as perdas dos partidos governamentais variarão consoante a posição relativa das eleições para o PE no respectivo ciclo eleitoral de primeira ordem*. Esta é a quarta hipótese, que iremos testar com base nos resultados das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu.

OS PARTIDOS GRANDES PERDEM

Uma última diferença entre as eleições de primeira e segunda ordem prende-se com os motivos da opção de voto. Como há menos coisas em jogo nas eleições de segunda ordem, há menos razão para votar estrategicamente — e por voto estratégico entende-se apoiar um partido que não é aquele que se prefere. Os incentivos ao voto estratégico variam, evidentemente, de um sistema eleitoral para outro. No entanto, a haver uma tendência geral, poderá, provavelmente, dizer-se que, em caso de dúvida, os eleitores que optam pelo voto estratégico irão apoiar os partidos maiores devido ao seu impacte político maior, em vez de votarem num partido mais pequeno, que seria a sua primeira preferência. Este fenómeno tem sido frequentemente descrito em termos de «votar com a cabeça», em vez de «votar com o coração». *Como as considerações estratégicas não desempenham um papel muito importante nas eleições para o Parlamento Europeu, isto sugere que os partidos pequenos obterão resultados relativamente melhores do que em eleições de primeira ordem*. Esta é a quinta hipótese, que iremos testar com base nos resultados das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu.

³ Há pelo menos duas razões que explicam este fenómeno, uma delas de carácter económico, a outra de carácter político. A variante económica utiliza a analogia do ciclo económico, sugerindo que os governos tendem a aprovar legislação impopular (que tende a prejudicar os interesses de muitos eleitores) no princípio do período e a oferecer toda a espécie de «presentes eleitorais» na parte final do período, quando se aproximam as eleições seguintes (por exemplo, Kirchgässner, 1986). A variante política dá destaque à evolução da mobilização eleitoral, que atinge o auge no momento das eleições de primeira ordem, voltando a desaparecer depois das mesmas (por exemplo, Stimson, 1976).

A UE JÁ NÃO É O QUE ERA EM 1979

Estas hipóteses relacionam-se todas com o facto de nas eleições de segunda ordem estarem menos coisas em jogo. Atendendo a que já foram confirmadas em diversas análises independentes (por exemplo, Marsh, 1998), valerá a pena examiná-las novamente? É evidente que comprová-las mais uma vez irá consolidar a nossa confiança nas características gerais do modelo proposto para as explicar. Mas há outras razões relacionadas com o facto de a natureza da União Europeia e do seu parlamento estar a mudar, que poderá ter afectado o carácter de segunda ordem das eleições europeias.

A mudança aparentemente mais trivial relaciona-se com a dimensão geográfica daquilo que hoje denominamos União Europeia. O número de Estados membros quase triplicou, desde os 9 que participaram nas primeiras eleições directas, em 1979, até aos 25 que participaram na sexta consulta, em 2004⁴. Desde 1979 foram necessários três processos de alargamento para chegarmos ao ponto em que nos encontramos neste momento – numa União Europeia que uniu novamente grande parte da Europa histórica e cultural (por exemplo, Kühnhart e Rutz, 1999). Estes três alargamentos sucessivos modificaram a UE de várias maneiras. Não só complicaram o processo de decisão a nível da UE e iniciaram um processo de constitucionalização e maior parlamentarização da União, como também contribuíram — sobretudo no caso do último alargamento «para leste» — para a heterogeneidade dos sistemas eleitorais envolvidos na eleição de deputados ao PE: actualmente, temos sistemas partidários estáveis baseados em alinhamentos partidários (mais ou menos sólidos) dos eleitorados, por um lado, e, por outro, sistemas partidários ainda em processo de consolidação com eleitorados altamente voláteis⁵.

Para além da extensão geográfica crescente da União, o seu peso político também aumentou. Quando a CEEA foi constituída, em 1952, praticamente não havia competência política a nível comunitário no sistema europeu de governação com múltiplos níveis. Passados cinquenta anos, no final do século XX, a União tornou-se um importante co-legislador, em pé de igualdade com as legislaturas nacionais. Segundo uma série de opiniões de especialistas sobre o peso relativo da «Europa» no processo legislativo em 28 domínios políticos, hoje em dia metade de toda a legislação significativa nos referidos domínios tem origem em Bruxelas, e não em Berlim ou Bratislava, nem em qualquer outra capital nacional (v. gráfico n.º 1). Em todos esses

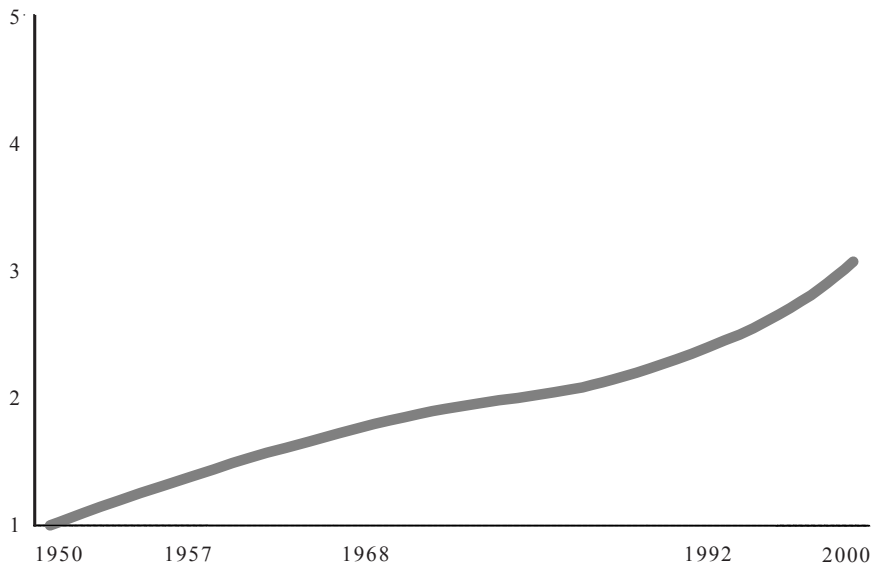
⁴ A Comunidade Europeia de 1979 já efectuara um primeiro alargamento quando a Dinamarca, o Reino Unido e a Irlanda se juntaram aos seis Estados membros originais.

⁵ Sobre a consolidação dos sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores na Europa oriental, v. Hofferbert (1998), Birch (2001) e também Mainwaring e Scully (1995), que se ocupam daquilo que os autores denominam a «institucionalização» dos partidos e sistemas partidários na América Latina.

casos, as legislaturas nacionais apenas ratificam, ou melhor, adoptam, directivas já elaboradas e aplicáveis a toda a UE, a fim de o aparelho administrativo nacional as poder implementar⁶.

Peso político da União Europeia, 1952-2000

[GRÁFICO N.º 1]



Nota: A linha representa o poder político médio da UE em 28 domínios políticos das seguintes áreas: economia, assuntos externos, assuntos jurídicos e constitucionais, política social. As várias classificações de poder baseiam-se nas opiniões abalizadas de Lindberg e Scheingold (1970), Schmitter (1994) e Hooghe e Marks (2001); os dados brutos foram extraídos de Hooghe e Marks (2001), pp. 187-189.

É muito possível que este poder político crescente do nível UE da governação europeia tenha afectado o carácter de segunda ordem das eleições para o Parlamento Europeu. Afinal, já estão muito mais coisas em jogo em termos políticos a nível da União Europeia. Além disso, uma série de tratados

⁶ É esta a causa de um problema recente de legitimidade a nível dos parlamentos nacionais, problema esse que, no entanto, está talvez a agravar-se. O processo eleitoral que lhes dá assento no parlamento não reconhece propriamente — e muito menos analisa e procura identificar os problemas — que a autoridade dos parlamentos nacionais de Estados membros da UE (e a capacidade de resolver problemas da política nacional em geral) está sujeita a limites (v. o estudo de Steunenberg e Thomassen, 2002, sobre este tipo de questões).

sucessivos da UE (sobretudo, os mais recentes, isto é, Maastricht, 1993, Amsterdão, 1999, e Nice, 2001) e vários acordos interinstitucionais têm vindo a alargar sistematicamente os poderes do Parlamento Europeu, o que também poderá ter reduzido em certa medida o carácter de segunda ordem da eleição dos seus deputados.

Em 2004, o Parlamento, em conjunto com o Conselho, exerce o poder legislativo mediante três processos distintos (e uma enorme quantidade de subprocessos): consulta, cooperação e co-decisão. O primeiro é aquele em que o Parlamento tem menos a dizer; é também o processo no âmbito do qual são autorizados 80% dos gastos orçamentais da UE, gastos estes que têm a ver, principalmente, com as políticas agrícola e estrutural. O terceiro, o mais recente, foi instituído pelo Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht) de 1993 e alargado nos tratados subsequentes. É apenas neste processo, o de co-decisão, que o Parlamento está em pé de igualdade com o Conselho: as duas instituições têm de chegar a acordo para poderem co-legislar. Se não houver acordo, não haverá acto jurídico. O processo de co-decisão aplica-se aos «novos» domínios políticos, por exemplo, mercado comum, saúde, investigação, emprego, criminalidade, etc.⁷.

A esfera de influência da União tem vindo a aumentar muito significativamente tanto em termos geográficos como políticos. Nos últimos dez anos, as competências do seu Parlamento também foram alargadas, segundo algumas pessoas, exponencialmente. A ter alguma influência nas eleições para o Parlamento Europeu, essa influência será no sentido de reduzir o seu carácter de eleições de segunda ordem.

O RESULTADO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU DE JUNHO DE 2004

Em Junho de 2004, 350 milhões de cidadãos foram chamados a eleger os deputados ao sexto Parlamento Europeu. Desses cidadãos, 58 milhões haviam adquirido o direito de voto apenas recentemente graças ao «alargamento para leste» da UE e à adesão dos respectivos países em 1 de Maio de 2004. Muitos dos que tinham direito de voto não foram às urnas. Considerando a União Europeia no seu conjunto, a participação eleitoral atingiu apenas 45,7% e foi inferior à das cinco eleições anteriores. A participação foi particularmente baixa nos novos Estados membros.

O principal resultado político foi que o grupo dos cristãos conservadores foi mais uma vez o vencedor (v. apêndice n.º 1). Como este grupo conseguiu até um maior número de lugares do que na legislatura anterior, opôs-

⁷ Os regulamentos em matéria de comércio internacional são da competência exclusiva do Conselho, sem que haja uma participação formal do Parlamento (v. Maurer, 2005, para uma análise recente destas questões).

-se à preferência do Conselho (inicialmente apoiada pela França e pela Alemanha) pelo liberal belga Jean-Luc Dehane como futuro presidente da Comissão, insistindo na designação de um candidato conservador. O presidente do grupo, o democrata-cristão alemão Hans-Gert Pöttering, afirmou que o projecto de constituição da União Europeia exigia que assim fosse, ao estipular que o presidente da Comissão Europeia deve ser seleccionado «tendo em conta os resultados das eleições para o Parlamento Europeu». Após esta intervenção, levou algum tempo a identificar um candidato mais adequado na pessoa do primeiro-ministro conservador de Portugal, José Barroso, que deixou os seus cargos nacionais para poder aceitar a nomeação do Conselho para o lugar de presidente da Comissão Europeia.

Este incidente é, só por si, prova do clima competitivo (em termos das instituições da UE) do novo Parlamento. Mas a luta prosseguiu quando a lista de comissários designados por Barroso não obteve a aprovação da maioria da assembleia, uma posição que desta vez foi liderada pelo centro-esquerda, que inclui socialistas, verdes e liberais. Retrospectivamente, somos tentados a pensar que estes não conseguiram suportar o facto de os conservadores terem levado a melhor sobre o Conselho, sentindo-se, portanto, obrigados a tentar, por sua vez, uma revolta que acabou por se coroar de êxito quando Barroso (após consultar Pöttering) decidiu não submeter a sua proposta original a votação no Parlamento. Isto obrigou o novo presidente a voltar ao Conselho para negociar ajustamentos à composição da sua futura Comissão, tendo em conta as várias exigências e preferências do Parlamento. Este processo levou à substituição de alguns candidatos e, noutros casos, à redistribuição dos futuros comissários e das pastas. Só depois destas concessões é que a nova Comissão foi, finalmente, aceite pela maioria dos deputados do sexto Parlamento Europeu eleito por sufrágio directo.

AINDA DE SEGUNDA ORDEM?

Será que um parlamento tão vigoroso como este poderia ser resultado de uma série de eleições de segunda ordem que são principalmente motivadas por considerações de primeira ordem, e não por considerações relacionadas com a União Europeia? É esta a questão que iremos analisar a seguir. Para testar todas as hipóteses apresentadas iremos comparar os resultados das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu em cada Estado membro com os das eleições nacionais de primeira ordem precedentes, ou seja, as eleições legislativas⁸.

⁸ A França é o único país relativamente ao qual não é evidente quais foram, efectivamente, as eleições nacionais de primeira ordem precedentes. No final da Primavera de 2002, os

PARTICIPAÇÃO

Uma das características das eleições de segunda ordem consiste no facto de a participação ser inferior àquilo que seria se as eleições a realizar fossem de primeira ordem. Mas uma participação reduzida não é indício de falta de legitimidade: em eleições de segunda ordem deve-se apenas a uma falta característica de politização e mobilização eleitoral. Iremos examinar estas afirmações em três fases. Em primeiro lugar, vamos relacionar as taxas de afluência das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu com as das eleições de primeira ordem precedentes. Em segundo lugar, examinaremos os dados agregados para procurarmos determinar se os sentimentos pró e contra a UE têm algum efeito líquido nos níveis de afluência. As análises dos resultados de dados agregados podem ser enganadoras quando transpostas para o nível individual (por exemplo, Achen e Shively, 1995). É por esta razão que, numa terceira fase, iremos apresentar os resultados de uma análise da participação eleitoral a nível micro. Nessa altura identificaremos o impacte líquido das atitudes em relação à UE na participação eleitoral segundo informação prestada pelos próprios eleitores, tendo em conta outros factores que se sabe influenciarem a afluência às urnas.

O gráfico n.º 2 mostra que a participação nas eleições de 2004 para o Parlamento Europeu foi efectivamente inferior à das eleições de primeira ordem precedentes. Isto aplica-se a 22 dos 25 sistemas eleitorais em análise. As três excepções são a Irlanda (onde foi realizado um referendo em simultâneo com as eleições para o PE), a Bélgica e o Luxemburgo (onde é obrigatório votar e onde, além disso, foram simultaneamente realizadas eleições regionais). Identificámos ainda mais algumas anomalias — isto é, uma participação superior ao normal —, como, por exemplo, a participação um tanto elevada na Lituânia (talvez devido ao facto de a primeira volta das eleições presidenciais ter sido realizada em simultâneo) e os casos da Itália (eleições regionais em simultâneo em grande parte do país) e da Grécia (euforia pós-eleitoral?). O que também é muito óbvio é que em alguns dos novos Estados membros pós-comunistas,

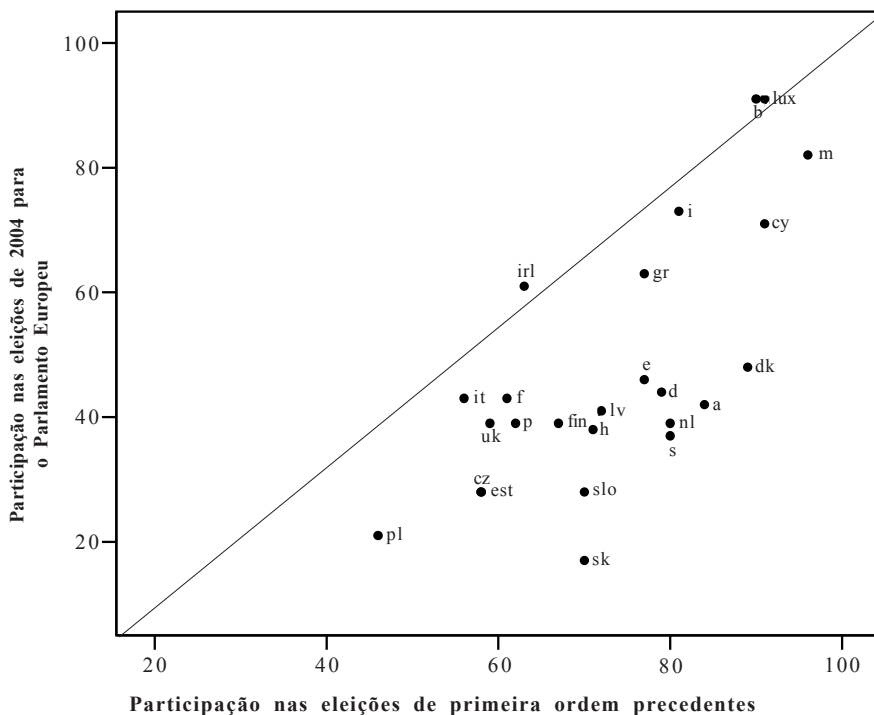
franceses elegeram o presidente da República em duas voltas, tendo Jospin (da esquerda) sido derrotado na primeira volta e Chirac (da direita) e Le Pen (extrema-direita) competido na segunda volta. Chirac foi eleito por uma maioria esmagadora constituída por eleitores que iam desde a extrema-esquerda até à direita (moderada). Pouco depois foram realizadas eleições legislativas, em que o campo presidencial conseguiu uma vitória triunfante, durante uma espécie de «período de lua-de-mel» que se seguiu aos resultados das eleições presidenciais. Embora este aspecto caracterize, essencialmente, estas eleições legislativas como sendo de «segunda ordem» — a questão do poder já se resolvera nas eleições anteriores —, estas são, mesmo assim, as eleições com que é mais lógico comparar os resultados das eleições europeias. Por razões meramente técnicas que se prendem com a norma eleitoral aplicada, seria estranho comparar a distribuição de votos entre dois candidatos muito desiguais à segunda volta das eleições presidenciais com os resultados das eleições para o Parlamento Europeu. E, afinal, os resultados das eleições legislativas limitaram-se a sublinhar o que haviam sido os resultados das eleições presidenciais precedentes (para mais pormenores, v. Perrineau e Ysmal, 2003, e Cautrès e Mayer, 2004).

nomeadamente a Eslováquia, a Polónia e a Estónia, a afluência foi muito reduzida.

Mas estas explicações pontuais não nos levam muito longe. Por conseguinte, passamos a uma primeira análise mais sistemática das causas de uma participação relativamente baixa, ou elevada, com base em estatísticas agregadas (quadro n.º 1). A variável dependente utilizada neste caso é a proporção de indivíduos com direito de voto que participaram. As variáveis independentes são — com uma excepção — variáveis que descrevem o contexto em que se enquadrou o acto de votar. Uma delas é a existência de voto obrigatório; outra é o facto de as consultas se realizarem obrigatoriamente ao domingo; uma terceira é a realização ou não de eleições de primeira ordem no mesmo dia; a quarta variável contextual é a realização ou não da consulta num ambiente pós-comunista. Uma última variável, que resume todas as peculiaridades dos sistemas eleitorais nacionais, é a participação nas últimas eleições de primeira ordem. Constatou-se que todas estas variáveis afectaram

A participação nas eleições de 2004 para o PE foi inferior à das eleições nacionais de primeira ordem precedentes

[GRÁFICO N.º 2]



Fontes: Estatísticas oficiais publicadas em <http://www.elections2004.eu.int/ep-election/sites/en/index.html>, www.europa-digital.de, www.parties-and-elections.de e www.electionworld.org.

significativamente a taxa de participação nacional nas eleições de 2004 para o Parlamento Europeu (quadro n.º 1)⁹.

O voto obrigatório é a principal variável explicativa de uma taxa de afluência superior à média, o que não é propriamente surpreendente. Um ambiente pós-comunista, por outro lado, que se caracteriza por experiências eleitorais limitadas e normas de participação eleitoral subdesenvolvidas, contribui para uma reduzida participação. A realização em simultâneo de eleições de primeira ordem traduz-se numa mobilização superior à média e num reforço da participação. A realização de eleições ao domingo reduz a probabilidade de participação (esta é talvez a única surpresa que nos trouxe a análise de regressão, já que tudo levaria a crer que o sinal seria de sentido inverso). E a nossa variável não específica ou de resumo, «taxa de participação nas últimas EPO», é a segunda melhor variável explicativa do modelo.

Participação reduzida = cepticismo em relação à UE?

Uma análise dos dados agregados

(os números correspondem aos coeficientes de regressões OLS: «mínimos quadrados»)

[QUADRO N.º 1]

Variável explicativa	<i>b</i>	Erro-padrão	beta	Significância no teste t
Voto obrigatório	24,5	7,3	0,46	0,004
Taxa de participação nas últimas EPO	0,5	0,2	0,32	0,038
Estado pós-comunista	-11,9	5,5	-0,28	0,045
Realização de EPO em simultâneo	17,0	5,5	0,25	0,039
Eleições ao domingo	-10,6	5,2	-0,23	0,057
Efeitos insignificantes:				
Taxa de aprovação da UE	—	—	—	—
Ciclo	—	—	—	—
Número de casos	25	—	—	—
Múltiplo <i>R</i>	0,889	—	—	—
<i>R</i> ²	0,790	—	—	—

A variável dependente é a taxa de participação dos países membros da UE nas eleições de 2004 para o Parlamento Europeu. As fontes são as indicadas no gráfico n.º 2 e, no caso das taxas de aprovação da UE, o inquérito pós-eleitoral (*EB Flash 162*) do *European Omnibus Survey* (EOS). EPO significa eleições de primeira ordem.

⁹ V. Franklin (2001) para uma análise diacrónica na mesma linha, que abrange as eleições desde 1979 até 1999. Embora ambas as análises se baseiem na mesma variável dependente, Franklin utiliza uma lista de variáveis explicativas um pouco diferente. As variáveis idênticas são o voto obrigatório, a participação nas últimas EPO, a realização de EPO em simultâneo, o ciclo das EPO e as eleições ao domingo. A diferença é que Franklin introduz uma variável *dummy* adicional — o facto de uma determinada eleição para o PE ser ou não a primeira realizada num determinado país. Excluimos esta variável por ser quase idêntica (exceptuando Chipre e Malta) à nossa variável explicativa alternativa, mais poderosa — «Estado membro pós-comunista» — e por apresentar, portanto, uma elevada colinearidade com esta última.

Muitas vezes os efeitos não significativos em termos estatísticos são, teoricamente, tão relevantes como os efeitos significativos. No modelo em análise há dois. Um deles é a taxa de aprovação da adesão à União Europeia nos 25 Estados membros: será que pertencer à UE é «uma coisa boa», «uma coisa má» ou «nem uma coisa nem outra»? Tomámos a proporção de cidadãos nacionais que consideram a pertença à UE «uma coisa boa» como um indicador de um ambiente eleitoral mais favorável ou mais hostil à UE e constatámos que as variações nesse ambiente não afectaram os níveis de afluência às urnas de uma forma significativa. O outro factor não significativo é o momento do ciclo eleitoral de primeira ordem em que têm lugar as eleições para o PE. Isto sugere que o ciclo é talvez uma determinante menos importante na nova União Europeia, que se estende agora à Europa oriental. Em qualquer caso, os resultados que obtivemos parecem confirmar que a explicação dos reduzidos níveis de afluência reside na mobilização dos eleitores, e não na causa alternativa, que identifica o cepticismo em relação à UE como um factor fundamental de abstenção eleitoral. Como as interpretações individualistas dos resultados das análises de dados agregados são dúbias, vamos agora passar a uma análise a nível individual a fim de procurarmos consolidar aquela ilação.

Nas duas semanas a seguir às eleições de 2004 para o Parlamento Europeu foram realizados nos 25 Estados membros da União inquéritos especiais *flash* do *Eurobarómetro* que incluíam uma série de variáveis pertinentes para a análise da participação eleitoral a nível individual. Nesses inquéritos perguntou-se às pessoas se tinham votado ou não — é esta a nossa variável dependente¹⁰. As atitudes dos inquiridos em relação à UE foram determinadas com base em várias perguntas, que «condensámos» num factor/componente principal (*factor-score*) (v. pormenores no apêndice n.º 2). Dispúnhamos ainda de uma série de variáveis de controlo, entre elas o sexo e a idade dos inquiridos, bem como de indicadores que permitiam determinar o seu estatuto sócio-económico, se estavam ou não bem informados politicamente, qual o partido com que se identificavam e qual a sua participação na campanha. Todas estas medidas foram incluídas como variáveis explicativas potenciais da participação eleitoral numa série de regressões logísticas para cada país usando o método *backward-conditional* para introdução das variáveis, cujos resultados se apresentam no quadro n.º 2¹¹.

¹⁰ Dado que a participação eleitoral baseada em informação prestada pelos inquiridos é superior à participação real, recodificámos a variável de modo que todas as respostas «não sabe» e «não responde» fossem consideradas como não participação.

¹¹ Note-se que os coeficientes das regressões logísticas são apresentados como «odds ratios» menos «1» (de modo que um efeito positivo ou negativo tenha a sua origem em «0»)

Uma microanálise das causas da abstenção eleitoral

{os valores representam os efeitos dos coeficientes de regressão estandardizados
 $[(\exp(B)-1) * \text{desvio-padrão}]$ das regressões logísticas pelo método
 «backward conditional»}

[QUADRO N.º 2]

Pais	Sexo	Idade	Estatuto sócio-económico	Informação política	Identificação partidária	Participação na campanha	Atitudes em relação à UE	Identificação correcta (percentagem)	Pseudo R ²
EU15 + Chipre e Malta									
Áustria	–	0,6	0,4	0,3	0,5	–	–	83	0,17
Bélgica	–	0,3	0,4	1,2	–	–	–	92	0,06
Chipre	–	1,7	0,9	–	0,4	0,3	–	93	0,32
Dinamarca	–	1,2	1,5	0,3	0,4	–	–	89	0,33
Finlândia	–	0,9	1,0	–	1,1	0,7	–	77	0,36
França	–	1,0	0,7	–	0,4	0,3	–	77	0,24
Alemanha	–	0,7	0,4	0,5	1,1	–	0,4	83	0,27
Grécia	–	–	–	–	0,5	0,4	–	77	0,09
Irlanda	–	1,2	0,6	–	–	0,5	–	75	0,34
Itália	–	0,8	0,7	–	0,9	–	–	82	0,24
Luxemburgo	–	0,4	–	1,3	0,3	–	–	79	0,19
Malta	–	1,5	0,9	–	1,0	–	–	96	0,22
Países Baixos	–	1,0	0,8	–	1,8	0,3	–	82	0,33
Portugal	–	0,8	0,4	–	0,6	–	–	72	0,25
Espanha	–	–	0,4	0,5	0,7	–	0,4	77	0,20
Suécia	–	0,5	0,8	0,7	0,7	–	–	82	0,25
Reino Unido	0,3	1,0	0,4	–	0,8	0,4	–	72	0,29
Democracias pós-comunistas									
República Checa	0,3	0,7	–	0,5	2,5	–	0,9	76	0,43
Estónia	0,4	0,4	–	1,2	0,6	–	–	72	0,28
Hungria	–	0,9	0,8	0,7	0,6	–	0,5	79	0,30
Letónia	0,4	0,9	0,5	0,3	–	0,3	–	76	0,28
Lituânia	–	1,4	0,7	0,6	0,3	0,5	–	74	0,40
Polónia	–	0,5	0,5	0,3	0,8	–	0,4	68	0,25
Eslováquia	–	0,5	–	–	1,5	0,3	–	76	0,27
Eslovénia	–	0,7	0,4	0,4	0,4	0,3	–	74	0,21

Fonte: Inquérito pós-eleitoral EOS de Junho de 2004 (*EB Flash 162*). A variável independente é a participação segundo os inquiridos, codificada [1 = sim e 0 = todas as outras respostas (não, não sabe, ou não disponível)]. Todos os coeficientes são significativos a 0,05 ou menos. Utilizámos um ponto (.) para simbolizar as situações em que o nível de significância está muito próximo da margem de erro (entre $p = 0,05$ e $p = 0,10$). O estatuto sócio-económico é um índice aditivo (que varia entre 0 e 6) que engloba a situação profissional (sem emprego remunerado, operário, assalariado não operário, trabalhador independente) e a educação (sem habilitações, ensino primário, secundário, universitário). Informação política é um índice aditivo que engloba a leitura habitual de jornais e conhecimentos políticos (determinados com base na identificação correcta do partido mais forte nas eleições de 2004 para o PE). Participação na campanha é um índice aditivo que resume 11 actividades diferentes durante a campanha (desde ver um *spot* na televisão até pesquisar a Internet, passando por conversar com os amigos e a família). As atitudes em relação à UE estão condensadas num factor/componente principal que se encontra documentado no apêndice n.º 2.

Estes resultados sugerem várias coisas. Uma delas é que a identidade social dos cidadãos influencia menos a participação eleitoral nos Estados membros pós-comunistas do que em muitos países ocidentais. Em segundo lugar, estar bem informado ou não politicamente é talvez uma determinante mais forte nas novas democracias pós-comunistas do que nas democracias mais antigas. Em terceiro lugar, a participação na campanha não tem muita importância, porque, provavelmente, não terá havido sequer uma grande campanha em que participar. Em quarto lugar, entre as medidas de que dispomos, a identificação partidária é talvez a determinante mais forte de participação eleitoral e apresenta coeficientes surpreendentemente fortes também nos Estados membros da Europa oriental. E, em quinto e último lugar, o cepticismo em relação à UE pouco nos ajuda a compreender a participação eleitoral. Há alguns efeitos significativos mas pouco substanciais, a maioria (três em cinco) nos novos Estados membros de Leste¹².

Para resumir este conjunto de análises podemos, sem dúvida, afirmar que (a) a participação nas eleições europeias é geralmente inferior à de eleições de primeira ordem e (b) as abstenções podem, ocasionalmente, ser motivadas por cepticismo em relação à UE, mas não podemos de modo algum falar da existência de uma tendência geral.

PARTIDOS GOVERNAMENTAIS

Os partidos governamentais, geralmente, perdem votos nas eleições de segunda ordem, embora os argumentos utilizados para fundamentar esta afirmação variem de um autor para outro. Foi o caso das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu. Em 23 dos 25 Estados membros, os governos perderam votos em comparação com as eleições de primeira ordem precedentes. A única verdadeira exceção à regra foi a Eslováquia, onde os partidos governamentais obtiveram aproximadamente mais 10% dos votos válidos, mas

multiplicado pelo desvio-padrão desta variável específica. A vantagem deste processo é que permite comparar as dimensões dos efeitos entre variáveis e entre países. O que este processo não permite é obter um intervalo dentro do qual os efeitos possam variar; no entanto, a nossa análise sugere que há uma espécie de limite máximo que se situa em $+/-3$. Para estratégias semelhantes destinadas a estabelecer a comparabilidade entre coeficientes de regressões logísticas, v. Kreppel (2002) e Faas e Rattinger (2004).

¹² Entre os sistemas partidários consolidados, só no caso da Alemanha e da Espanha é que o cepticismo em relação à UE tem um efeito significativo na participação eleitoral que sobrevive a todos os controlos estatísticos. No caso da Alemanha, este facto é confirmado pelos resultados do Estudo sobre as Eleições Europeias de 2004, que mostra que (a) as atitudes em relação à UE têm um efeito pequeno mas significativo no voto e (b) que as atitudes dos alemães em relação à UE são principalmente determinadas pela perspectiva do alargamento da União à Europa oriental (Schmitt, 2005b).

onde, por outro lado, a participação baixou para 17%, o nível mais baixo de sempre. Uma outra excepção foi a Espanha. O novo governo socialista chefiado pelo primeiro-ministro Zapatero, que sucedeu ao governo conservador de Aznar um mês antes das eleições para o Parlamento Europeu, conseguiu aumentar a sua percentagem de votos válidos em cerca de 1%. No entanto, isto está inteiramente de acordo com a expectativa de um clima de euforia pós-eleitoral pouco depois das eleições de primeira ordem e não pode, portanto, considerar-se uma excepção à regra. Concluimos que nas eleições de 2004 para o Parlamento Europeu foram efectivamente os governos que perderam.

Não só os governos nacionais, geralmente, perdem apoio nas eleições de segunda ordem, como estas perdas se inserem numa tendência habitualmente designada por ciclo eleitoral de primeira ordem. Será que conseguimos identificar essa tendência nos resultados obtidos pelos partidos governamentais dos Estados membros da UE? A resposta é sim e não. Há uma tendência cíclica nítida nos resultados dos Estados membros ocidentais (v. gráfico n.º 3), mas os resultados dos países da Europa oriental não se enquadram na mesma (v. quadro n.º 3)¹³.

Se concentrarmos a nossa atenção por um momento nos resultados das eleições para o Parlamento Europeu nos 17 Estados membros que possuem sistemas partidários consolidados ou institucionalizados, constatamos que, aparentemente, o elemento cíclico se apresenta efectivamente mais forte em 2004 do que na maioria das eleições anteriores para aquela instituição (Marsh, 2005). O único caso verdadeiramente atípico (*outlier*) em 2004 é o resultado do Reino Unido: Tony Blair e o seu Partido Trabalhista obtiveram resultados bastante piores do que o ciclo deixaria prever. É, evidentemente, tentador atribuir este facto à política de Blair em relação ao Iraque e à posição particularmente desfavorável do governo britânico na altura das eleições em consequência da mesma. Mas não podemos esquecer que a Grã-Bretanha utiliza dois sistemas eleitorais diferentes para as duas eleições que

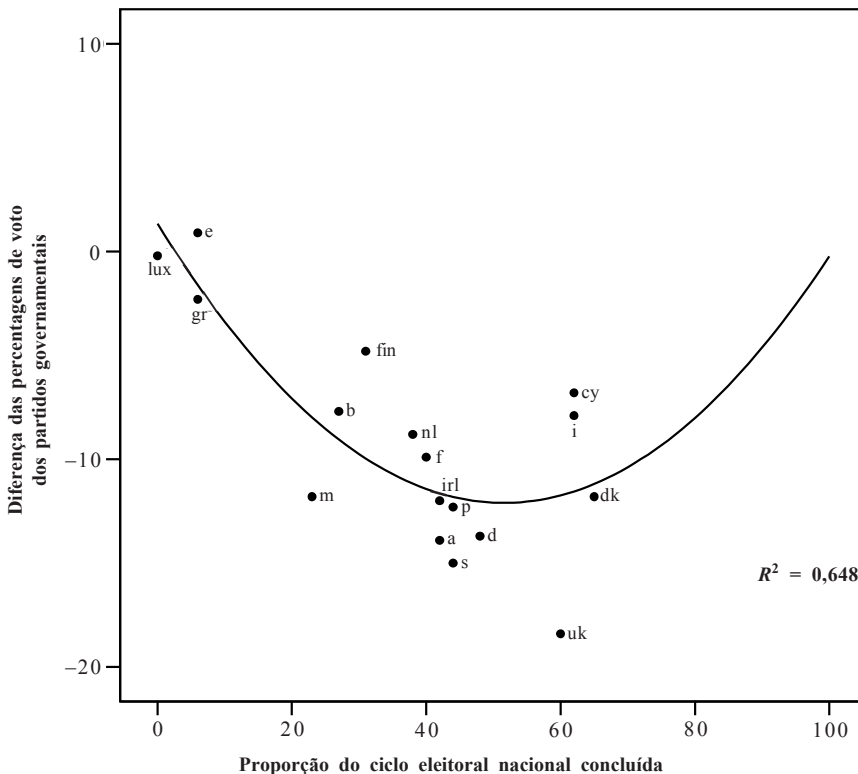
¹³ Pode haver outras razões para explicar as perdas dos partidos governamentais em eleições europeias, entre elas o desempenho dos governos nacionais na política da União Europeia. Uma hipótese alternativa poderia, portanto, admitir que os governos perdem apoio se os eleitores estiverem descontentes com a forma como o seu partido está a ser representado na UE, e vice-versa. Se aceitarmos a pergunta habitual do *Eurobarómetro* «pertencer à UE é «uma coisa boa», «uma coisa má», ou «nem uma coisa nem outra?» como indicador do contentamento popular com o desempenho do governo a nível da UE, podemos testar esta hipótese. O resultado é desanimador. Quando procurámos explicar as perdas dos governos em funções através das taxas de aprovação da pertença à UE, obtivemos coeficientes não significativos em termos estatísticos. No entanto, embora a variável «pertença à UE» não esteja evidentemente relacionada com as perdas do governo, parece estar fortemente correlacionada com o ciclo eleitoral de primeira ordem. Isto sugere que há uma relação entre a aceitação da UE e o ciclo eleitoral nacional, cuja natureza iremos explorar num futuro trabalho.

estamos a comparar, o que também poderá explicar em parte a particularidade do caso britânico¹⁴.

Uma regressão polinomial de segunda ordem do desempenho relativo dos partidos do governo na altura das eleições dentro do ciclo eleitoral de primeira ordem explica 65% da variância, sendo ambos os termos estatisticamente significativos (quadro n.º 3). Os resultados obtidos utilizando a mesma regressão para os 8 novos Estados membros pós-comunistas não foram estatisticamente significativos.

O ciclo eleitoral em acção

[GRÁFICO N.º 3]



Fontes: Estatísticas oficiais publicadas em <http://www.elections2004.eu.int/ep-election/sites/en/index.html>, www.europa-digital.de, www.parties-and-elections.de e www.electionworld.org.

¹⁴ Note-se que a Grã-Bretanha e a França são os únicos dois Estados membros que utilizam uma variante do sistema maioritário uninominal para eleger deputados nacionais, enquanto os deputados ao Parlamento Europeu são eleitos com base numa variante do sistema de representação proporcional – tal como em todos os outros países da União Europeia. Para uma comparação dos sistemas eleitorais da União aplicada às eleições de 2004 para o Parlamento Europeu, v. Nohlen (2004a) e, para uma análise um pouco mais pormenorizada, Wüst e Stöver (2005).

Não existe tal ciclo nos novos Estados membros pós-comunistas
(os valores representam os coeficientes das regressões, sendo os erros-padrão indicados na segunda linha)

[QUADRO N.º 3]

Subpopulação	Constante	Ciclo	Ciclo*ciclo	R ²	N
EU 15 + CY + M	1,347	-0,522** 0,144	-0,005* 0,002	0,648	17
Estados membros pós-comunistas	-14,979	-0,064 1,978	+0,001 0,015	0,000	8

Notas: ** $p = 0,003$; * $p = 0,030$. A variável dependente é a diferença da percentagem de votos dos partidos governamentais em comparação com as últimas eleições de primeira ordem; por exemplo, um «-18,4» significa que o conjunto dos partidos governamentais obteve menos 18,4% (do número respectivo de votos válidos). «Ciclo» é a percentagem do ciclo eleitoral já concluída na altura em que se realizaram as eleições de 2004 para o Parlamento Europeu; a variável vai de 0 a 100. Nos casos em que os governos podem convocar eleições antecipadas ao seu critério (como na Grã-Bretanha e na Dinamarca), pressupõe-se que a última data possível para as eleições corresponde ao fim do ciclo. As fontes são as indicadas no gráfico n.º 2.

PARTIDOS PEQUENOS

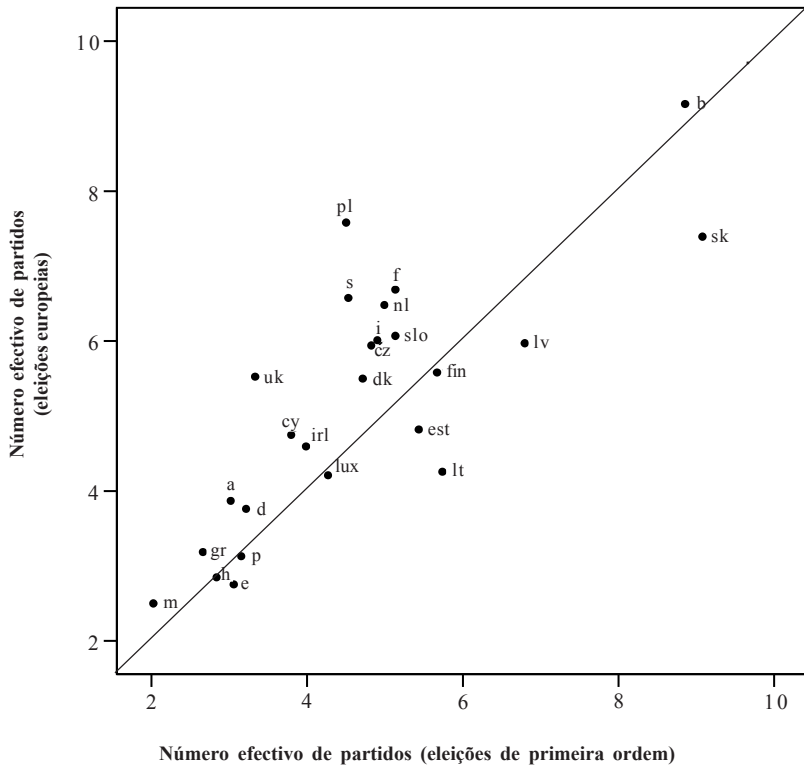
Em comparação com os resultados das eleições de primeira ordem precedentes, os partidos pequenos têm, previsivelmente, um melhor desempenho nas eleições de segunda ordem. Como poderemos testar tal previsão de uma maneira simples? Poderíamos, evidentemente, tentar definir um ponto de separação entre partidos pequenos e partidos não pequenos, digamos, uma percentagem de votos de 10% ou 15%. Mas uma abordagem deste tipo, por muito bem fundamentada que seja, será sempre um tanto arbitrária. Basear-nos-emos, portanto, no trabalho de Laakso e Taagepera (1979), escolhendo como critério o número efectivo de partidos, determinando para cada um dos 25 Estados membros a diferença neste índice entre as eleições para o Parlamento Europeu e as eleições de primeira ordem precedentes. Se o desempenho dos partidos pequenos for efectivamente melhor, o número efectivo de partidos (eleitorais) deverá ser sistematicamente superior nas eleições para o Parlamento Europeu. O gráfico n.º 4 mostra os resultados desta comparação.

Os partidos pequenos obtiveram melhores resultados na maior parte dos Estados membros da UE e, em alguns países, como a Polónia, o Reino Unido, a Suécia e a França, obtiveram resultados muito melhores. Mas houve também países — Eslováquia, Lituânia, Estónia e Letónia — em que parecem ter tido um pior desempenho. E em alguns casos-limite — Hungria, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Finlândia e Bélgica — não houve grande diferença nas percentagens de votos dos partidos pequenos. Em termos globais, a representação

gráfica confirma, mais uma vez, que a hipótese se aplica mais a sistemas partidários consolidados do que aos novos Estados membros pós comunistas.

Terão os partidos pequenos obtido melhores resultados?

[GRÁFICO N.º 4]



No quadro n.º 4 apresentamos uma análise um pouco mais formal desta representação gráfica. Utilizámos, mais uma vez, um modelo de regressão para prever o número efectivo de partidos nas eleições para o Parlamento Europeu com base no número efectivo de partidos nas eleições de primeira ordem precedentes. Trata-se de um método muito eficaz para a categoria de sistemas partidários consolidados, em que o desempenho dos partidos nas eleições de primeira ordem explica 82% da variância no desempenho nas eleições de segunda ordem. O número efectivo de partidos é bastante semelhante em ambas as consultas (facto comprovado por um coeficiente *b* próximo de 1), excepto que, em média, constatamos haver «mais» três quartos de um partido nas eleições para o Parlamento Europeu (constante da regressão = 0,716). Nestas eleições, os sistemas partidários estão menos concentrados num peque-

no número de partidos grandes e são mais diferenciados, na medida em que os partidos pequenos obtêm, sistematicamente, resultados um pouco melhores do que nas eleições de primeira ordem. Ao aplicarmos a mesma regressão aos sistemas partidários dos Estados membros pós-comunistas, obtivemos mais uma vez resultados não significativos em termos estatísticos¹⁵.

O êxito relativo dos partidos pequenos
*(os valores representam os coeficientes das regressões,
 sendo os erros-padrão indicados na segunda linha)*

[QUADRO N.º 4]

Subpopulação	Constante	Ciclo	<i>b</i>	R ²	N
EU 15 + CY + M	0,716	1,011*	-0,005*	0,823	17
			0,121		
Estados membros pós-comunistas . . .	2,846	0,499	+0,001	0,328	8
		0,291	0,015		

Notas: **p* = 0,002. A variável dependente é o número efectivo de partidos nas eleições de 2004 para o PE; o seu valor médio é de 4,96 nos Estados membros ocidentais e de 5,61 nos novos membros da Europa oriental. A variável explicativa é o número efectivo de partidos nas eleições de primeira ordem precedentes; o seu valor médio é de 4,20 nos Estados membros ocidentais e de 5,54 nos membros da Europa oriental. As fontes são as indicadas no gráfico n.º 2.

COMPREENDER AS DIFERENÇAS ENTRE O OCIDENTE E O LESTE

Os resultados das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu foram diferentes nos antigos Estados membros ocidentais (mais Chipre e Malta) e nos 8 novos Estados membros pós-comunistas. Embora se tenha registado um nível baixo de participação em toda a União, nos países da Europa oriental a abstenção foi extraordinariamente elevada e ligeiramente influenciada pela

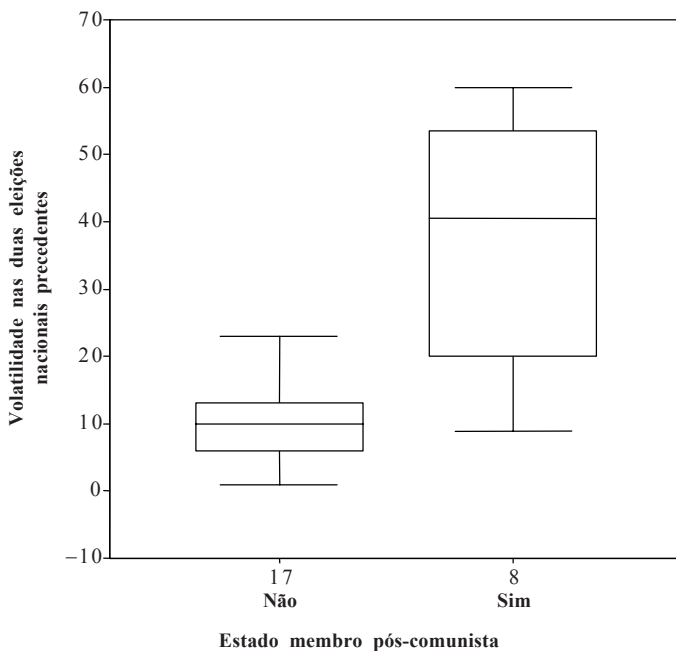
¹⁵ Mais uma vez, os resultados melhores obtidos na Europa ocidental pelos partidos pequenos podem dever-se a outras razões do voto estratégico que não têm muito a ver com o carácter de segunda ordem das eleições para o PE. Dado que as regras eleitorais que se aplicam a eleições nacionais de primeira ordem e às eleições europeias diferem — em alguns casos consideravelmente —, os pormenores das regras eleitorais são particularmente suspeitos quanto a este aspecto. A fim de efectuarmos o controlo desta influência potencial nos resultados eleitorais de partidos de dimensão diferente determinámos a diferença de dimensão entre os eleitorados em eleições europeias e em eleições nacionais de primeira ordem (com base em Nohlen, 2004b, e Wüst e Stöver, 2005). Constatámos que esta diferença não tem um efeito significativo no desempenho relativo dos partidos pequenos (mais precisamente, na diferença do índice «número efectivo de partidos» entre as eleições para o PE e as eleições nacionais de primeira ordem precedentes). Não devemos interpretar isto como um refutação de conhecimentos comprovados da bibliografia sobre sistemas eleitorais (por exemplo, Cox, 1998). É possível que os efeitos causados pelo facto de se aplicarem regras eleitorais diferentes sejam relativamente modestos em comparação com os efeitos causados pela natureza de primeira ordem ou de segunda ordem das eleições.

atitude de cepticismo em relação à UE. Os partidos governamentais perderam em quase todos os países, excepto no caso dos governos da Europa oriental, e as perdas registadas não se enquadram na tendência cíclica que identificámos no que se refere aos sistemas partidários consolidados desde as primeiras eleições europeias, em 1979. Por último, os partidos pequenos não têm sistematicamente um melhor desempenho nas eleições para o Parlamento Europeu dos novos Estados membros da Europa oriental – mais uma vez, ao contrário do que se verifica nos Estados membros ocidentais.

A razão de todas estas diferenças reside, a nosso ver, na natureza dos alinhamentos partidários nas democracias pós-comunistas. Na maioria destes países ainda não existe um sistema partidário estável e consolidado. Os partidos têm mudado de nome e formado novas alianças para concorrerem a cada eleição e entre eleições. Em consequência disto, as preferências partidárias de muitos eleitores também mudaram entre duas eleições de primeira ordem. E, mesmo que os sistemas partidários fossem mais estáveis, sabe-se que a formação de alinhamentos partidários estáveis é um processo demorado (Converse, 1969). Por conseguinte, nada há de surpreendente no facto de continuar a haver uma grande volatilidade nas democracias pós-comunistas (v. Birch, 2001). No gráfico n.º 5 mostramos o contraste que

Diferença em termos de volatilidade

[GRÁFICO N.º 5]



Nota: As fontes são as indicadas no gráfico n.º 2.

efectivamente existe entre os sistemas eleitorais consolidados e os sistemas pós-comunistas¹⁶. A volatilidade média é de 10% (mudança agregada do sentido de voto) nos Estados membros ocidentais em comparação com 40% na Europa oriental. E a amplitude da distribuição é quase três vezes maior na Europa oriental em comparação com a Europa ocidental.

Preferências partidárias dos cidadãos da UE: comparação entre o Ocidente e o Leste
(os valores representam percentagens em linha)

[QUADRO N.º 5]

Subpopulação	Sem preferência por qualquer partido	Alguma preferência por um dos partidos	Forte preferência por um dos partidos	Número de casos
EU15 + Chipre e Malta	46	39	15	20 036
8 países pós-comunistas	66	22	12	3 680

Qui-quadrado (*Pearson*) = 497,686; graus de liberdade = 2; $p = 0,000$.

Fonte: Inquérito pós-eleitoral EOS de Junho de 2004 (*EB Flash 162*). São analisados dados ponderados. O factor de ponderação aplicado está designado na base de dados como «redpol25»; ajusta o peso de cada entrevista ao universo nacional em termos das características sócio-estruturais e ao resultado político das eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu. Além disso, o ponderador ajusta a entrevista ao universo da UE em termos da dimensão relativa da população de um país dentro da UE.

Existe uma correlação entre níveis elevados de abstenção e uma volatilidade elevada, por um lado, e a instabilidade das preferências partidárias, por outro lado. Os dados do inquérito pós-eleitoral EOS incluem uma medida das preferências partidárias, o que nos permite comparar os níveis de preferências partidárias na Europa ocidental e nos novos Estados membros da Europa oriental. Os resultados são apresentados no quadro n.º 5. Devemos interpretá-los com prudência, pois sabemos que as estimativas dos níveis de preferências partidárias são muito sensíveis a variações na forma como as perguntas são formuladas (Katz, 1985; Schmitt e Holmberg, 1995). Se pusermos de parte, por um momento, estes problemas de medição e aceitarmos as distribuições de frequências da pergunta do inquérito Gallup como uma fonte de informação válida, constatamos que um em cada dois cidadãos dos Estados membros ocidentais da UE se sente próximo de um dos partidos, ao passo que nos Estados membros da Europa oriental esta proporção é de um para três. Estas estimativas poderão ser um tanto imprecisas devido a problemas de medição que, no entanto, não escondem uma diferença nítida em termos de preferên-

¹⁶ Note-se que por volatilidade entendemos o facto de em duas eleições consecutivas os eleitores transferirem o seu voto para partidos com nomes diferentes, independentemente de esses partidos serem fusões de partidos que anteriormente estavam separados; para uma visão diferente, v. Sikk (2001).

cias partidárias entre os Estados membros da Europa ocidental e oriental. Todavia, há que pôr em perspectiva esta diferença. Os resultados devem ser vistos no contexto de um declínio das afinidades partidárias em muitos países ocidentais (Dalton e Wattenberg, 2000), enquanto nos países pós-comunistas é de prever a formação gradual de laços partidários (e. g., Schmitt, 2005a).

CONCLUSÃO

Na Europa ocidental, as eleições para o Parlamento Europeu continuam a ser fundamentalmente eleições de segunda ordem: o nível de participação é baixo, os partidos governamentais que concorrem a eleições de primeira ordem perdem apoio de uma forma cíclica e os partidos pequenos obtêm resultados melhores do que obteriam se se tratasse de eleições de primeira ordem. Ao chegarmos ao fim deste artigo, queremos voltar à nossa análise inicial do peso político crescente da União e do alargamento dos poderes legislativos do Parlamento Europeu. Por que razão é que estas mudanças não modificaram a natureza das eleições para o Parlamento Europeu como eleições nacionais de segunda ordem?

Há uma resposta simples para esta pergunta e uma outra um pouco mais complexa. A resposta simples é que alguns cidadãos não se apercebem inteiramente da importância que a União tem no que se refere a uma infinidade de decisões políticas que afectam o seu dia a dia nem do papel que o Parlamento Europeu tem de desempenhar nesse processo de decisão. Além disso, muitos daqueles que compreendem em certa medida o que se passa não se importam com isso no dia das eleições, porque não conseguem relacionar as políticas da UE com os grupos políticos do PE e muito menos com os partidos nacionais ou com as posições e ambições destes partidos em relação a esses processos¹⁷. Parece-lhes racional ignorarem processos que escapam à sua compreensão ou que não conseguem relacionar de uma maneira útil com as escolhas que se lhes oferecem no dia das eleições.

A situação complica-se um pouco quando examinamos as razões desta «ignorância racional» dos cidadãos que participam nas eleições para o PE. A nosso ver, o principal defeito do sistema partidário da UE e, portanto, da concorrência partidária na UE é a ausência do antagonismo dominante governo-oposição tão característico da maioria dos sistemas parlamentares. Existem algumas razões para explicar este facto, cujas consequências são várias. Uma das razões tem sido a necessidade de constituir amplas maiorias parlamentares para aumentar o peso da assembleia na luta pelo alargamento dos poderes do parlamento¹⁸. Outra reside na forma como está organizado o sistema de gover-

¹⁷ Este último aspecto é, evidentemente, relevante porque são os candidatos de partidos nacionais que concorrem às eleições para o Parlamento Europeu.

¹⁸ Mas v. Hix (2001) para uma análise dos votos parlamentares que mostra que a divisão direita-esquerda tem vindo a tornar-se uma determinante mais importante do sentido de voto

nação da UE, que contrapõe dois órgãos «não partidários» — a Comissão e o Conselho — a um parlamento partidário¹⁹. E uma terceira razão é, provavelmente, a rivalidade constante no que se refere à prevalência de considerações políticas nacionais por oposição a considerações políticas da UE nas campanhas dos partidos nacionais nas eleições para o PE²⁰.

Isto tem múltiplas consequências. Vamos referir apenas algumas sem lhes atribuímos uma ordem específica. Uma consequência é a falta de protagonistas na cena política da UE. Não há uma grande personalização das políticas da UE. E a comunicação de massas — em particular, a sua componente televisiva — necessita de protagonistas, isto é, necessita de uma personalização das pretensões políticas. Não se prevê, *porém*, para breve tal confronto. Blair *versus* Howard, Schröder *versus* Merkel — um confronto de personalidades deste tipo seria, sem dúvida, decisivo para a comunicação das alternativas políticas da UE aos eleitores²¹. No entanto, para já, isto parece ser impensável na política da UE.

Uma outra consequência é o reduzido relevo das eleições para o PE. Há, evidentemente, condições hipotéticas que podemos considerar (van der Brug e van der Eijk, 2005). «E, se» as eleições para o Parlamento se destinassem a escolher um chefe de governo, será que isso lhes daria mais relevo? No contexto da actual configuração institucional da UE, isto equivaleria, provavelmente, a fazer depender a posição do presidente da Comissão de uma maioria parlamentar. É muito provável que uma situação deste tipo exigisse, e desse origem a, acordos pré-eleitorais entre as diferentes forças políticas concorrentes sobre os candidatos (quem deveria candidatar-se à presidência da Comissão pelos socialistas europeus, pelos cristãos conservadores, etc.) e sobre as políticas (um programa por cada aliança eleitoral para os cinco anos seguin-

dos deputados do PE nos últimos anos, ou, por outras palavras, a coesão do voto dos grupos políticos tem vindo a aumentar.

¹⁹ A situação está a evoluir no sentido partidário. Não só são realizadas reuniões «partidárias» antes das cimeiras, organizadas por federações de partidos a nível da UE e destinadas a coordenarem as políticas do Conselho e do Parlamento numa base partidária (v. Hix e Lord, 1997), como o projecto de tratado constitucional da UE estipula que o presidente da Comissão Europeia deve poder representar a maioria do Parlamento Europeu.

²⁰ No que se refere a este aspecto, estou a pensar no facto de que os actuais líderes dos dois maiores grupos políticos do Parlamento Europeu são ambos alemães (Pötering, PPE, e Schulz, PSE) e de que nenhum deles desempenhou um papel significativo na campanha para as eleições para o PE na Alemanha. Angela Merkel, presidente do CDU e líder do grupo CDU/CSU no *Bundestag* alemão, e Gerhard Schröder, antigo presidente do SPD e chanceler da República Federal da Alemanha, não lhes deram muito espaço de manobra no debate público.

²¹ V. Schmitt (2005c), que argumenta que a política da UE, embora bastante eficaz em termos de intermediação de interesses, enferma de uma estrutura deficiente de formação de opinião.

tes). Isto conferiria maior relevo às decisões eleitorais e, além disso, ajudaria a reorganizar o Parlamento em termos de alianças eleitorais competitivas.

Uma terceira consequência é que a política nacional não dispõe de um ponto de referência quase natural — isto é, partidário — dentro do sistema político da União Europeia nem de um canal de comunicação com o mesmo. Isto não quer dizer que estes canais sejam totalmente desconhecidos do sistema de múltiplos níveis da União Europeia. Muito pelo contrário: se esses canais não existissem com um carácter mais ou menos informal, a União Europeia não seria o que é. Mas as estruturas partidárias existentes ainda não estão firmemente radicadas e praticamente não estão institucionalizadas.

Resumindo, podemos afirmar que a natureza de segunda ordem das eleições para o Parlamento Europeu caminha lentamente para uma mudança. Não há dúvida de que a União está a tornar-se mais omnipresente em termos políticos e que o Parlamento é actualmente mais poderoso do que alguma vez foi. As eleições de 2004 foram extraordinárias, na medida em que contaram com a participação de oito novos Estados membros pós-comunistas. Foi só depois das eleições que o Parlamento se opôs ao Conselho, solicitando uma maior participação na nomeação do presidente da Comissão Europeia, bem como na selecção e atribuição de pastas aos seus comissários. Dados estes antecedentes, será, provavelmente, razoável prever mais casos como este — o mais tardar, nas eleições de 2009.

APÊNDICE N.º 1

Deputados eleitos para o Parlamento Europeu em 2004,
por país de origem e grupo político

[QUADRO I]

	Tot- tal	Cristãos conservadores		Socialistas		Liberais		Verdes	
Áustria	18	ÖVP	6	SPÖ	7	–	–	Grüne	2
Bélgica (F: Flandres; V: Valónia)	24	CD&V/N-VA (F)	4	SPA-Spirit (F)	3	VLD-Vivant (F)	3	Groen (V)	1
–	–	CDH (V)	1	PS (V)	4	MR (V)	2	Ecolo (V)	1
–	–	CSP-EVP	1	–	–	MR (V)	1	–	–
República Checa	24	ODS	9	CSSD	2	–	–	–	–
–	–	SN-ED	3	–	–	–	–	–	–
–	–	KDU-CSKL	2	–	–	–	–	–	–
Chipre	6	DISY	2	–	–	DIKO	1	–	–
–	–	Gia Tin Evropi	1	–	–	–	–	–	–
Dinamarca	14	KF	1	SD	5	V	3	SF	1
Estónia	6	IL	1	SDE	3	K	1	–	–
–	–	–	–	–	–	ER	1	–	–
Finlândia	14	KOK	4	SDP	3	KESK	4	VIHR	1
–	–	–	–	–	–	SFP	1	–	–
França	78	UMP	17	PS	31	UDF	11	Verts	6
Alemanha	99	CDU	40	SPD	23	FDP	7	B 90/Grüne	13
–	–	CSU	9	–	–	–	–	–	–
Grécia	24	ND	11	PASOK	8	–	–	–	–
Hungria	24	FIDESZ-MPP	12	MSZP	9	SZDSZ	2	–	–
–	–	MDF	1	–	–	–	–	–	–
Irlanda	13	FG	5	Labour	1	Ind	1	–	–
Itália	78	FI	16	DS (Ulivo)	12	DL Margh	7	FED. Verdi	2
–	–	UDC	5	SDI (Ulivo)	2	S.C.D.P (IdV)	2	–	–
–	–	AP-UDEUR	1	IND (Ulivo)	2	L. Bonino	2	–	–
–	–	SVP	1	–	–	MRE (Ulivo)	1	–	–
–	–	P.Pensionati	1	–	–	–	–	–	–
Letónia	9	JL	2	–	–	LC	1	PCTVL	1
–	–	TP	1	–	–	–	–	–	–
Lituânia	13	TS	2	LSDP	2	DP	5	–	–
–	–	–	–	–	–	LCS	2	–	–
Luxemburgo	6	CSV	3	LSAP	1	DP	1	Déi Greng	1
Malta	5	PN	2	MLP	3	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	D66	1	EurTrans	2
Polónia	54	PO	15	SLD-UP	5	UW	4	–	–
–	–	PSL	4	SdPI	3	–	–	–	–
Portugal	24	PPD-PSD	7	PS	12	–	–	–	–
–	–	CDS-PP	2	–	–	–	–	–	–
Eslováquia	14	SDKU	3	SMER	2	–	–	–	–
–	–	KDH	3	SDL	1	–	–	–	–
–	–	SMK	2	–	–	–	–	–	–
Eslovénia	7	SDS	2	ZLSD	1	LDS	2	–	–
–	–	NSi	2	–	–	–	–	–	–

(continua)

(continuação)

	To- tal	Cristãos conservadores		Socialistas		Liberais		Verdes	
Espanha	54	PP	24	PSOE	24	CIU	1	Los Verdes	1
	—	—	—	—	—	PNV	1	IC-V	1
	—	—	—	—	—	—	—	ERC	1
Suécia	19	MSP	4	SAP	5	FP	2	MPG	1
	—	Kd	1	—	—	CP	1	—	—
Reino Unido	78	Conservatives	27	Labour	19	LD	12	Greens	2
	—	UUP	1	—	—	—	—	SNP	2
UE	732	—	268	—	200	—	88	—	42

[QUADRO II]

	To- tal	Extrema-esquerda		Democracia e diversidade		Europa das nações		Independentes	
Áustria	18	—	—	—	—	—	—	Martin FPÖ	2 1
Bélgica (F: Flandres; V: Valónia)	24	—	—	—	—	—	—	Vl. Blok (F)	3
República Checa	24	KSCN	6	Nezavisli	1	—	—	Nezavisli	1
Chipre	6	AKEL	2	—	—	—	—	—	—
Dinamarca	14	Folk B.	1	Juni B.	1	DF	1	—	—
Estónia	6	—	—	—	—	—	—	—	—
Finlândia	14	VAS	1	—	—	—	—	—	—
França	78	PC	2	MPF	3	—	—	FN	7
		PCR	1	—	—	—	—	—	—
Alemanha	99	PDS	7	—	—	—	—	—	—
Grécia	24	KKE	3	LAOS	1	—	—	—	—
Hungria	24	—	—	—	—	—	—	—	—
Irlanda	13	SF	1	Ind	1	FF	4	—	—
Itália	78	RC	5	LN	4	AN	9	NPSI (s.u.p.e.)	1
		PdCI	2	—	—	—	—	US (s.u.p.e.)	1
		—	—	—	—	—	—	F. Tricolore	1
		—	—	—	—	—	—	A.S.-Mussol	1
Letónia	9	—	—	—	—	TB-LNNK	4	—	—
Lituânia	13	—	—	—	—	LDP	1	—	—
Luxemburgo	6	—	—	—	—	—	—	—	—
Malta	5	—	—	—	—	—	—	—	—
Holanda	27	SP	2	CU-SGP	2	—	—	—	—
Polónia	54	—	—	LPR	10	PIS	7	SO	6
Portugal	24	CDU-PCP	2	—	—	—	—	—	—
		BE	1	—	—	—	—	—	—
Eslováquia	14	—	—	—	—	—	—	LS-HZDS	3
Eslovénia	7	—	—	—	—	—	—	—	—
Espanha	54	IU	1	—	—	—	—	—	—
Suécia	19	VP	2	Junilistan	3	—	—	—	—
Reino Unido	78	SF	1	UKIP	11	—	—	DUP	1
		—	—	—	—	—	—	UKIP	1
UE	732	—	41	—	37	—	27	—	29

Fonte: <http://www.elections2004.eu.int/ep-election/sites/en/index.html>

APÊNDICE N.º 2

ANÁLISE FACTORIAL DA APROVAÇÃO DA UE

Durante o inquérito pós-eleitoral EOS fizeram-se aos inquiridos várias perguntas sobre as suas atitudes e a sua posição em relação à União Europeia e às últimas eleições para o Parlamento Europeu. As respostas foram avaliadas com base numa escala dicotómica «concorda-discorda», tendo-se ainda codificado as respostas «não sabe». Procedemos a uma análise factorial das variáveis recodificadas (1 = concordo, 0 = todas as outras respostas) e obtivemos uma solução que apresentamos no quadro seguinte. A primeira dimensão e a mais importante é uma medida genérica das convicções sobre a legitimidade que inclui as atitudes em relação à UE como comunidade política (cidadão da Europa, ligação à Europa), ao regime político da UE (confiança nas instituições, o PE representa as preocupações dos cidadãos) e às políticas da UE (indicador-padrão do *Eurobarómetro* «a adesão do país x à UE é uma coisa boa»). O segundo factor, bastante mais fraco, mede o interesse dos inquiridos pelo resultado político(-partidário) das eleições.

Estrutura das atitudes em relação às eleições do PE e à UE:

Europa por oposição a partido

(peso das variáveis em cada um dos factores após rotação oblíqua)

[QUADRO III]

	Europa	Partido
Considera-se cidadão da UE	0,75	–
Sente-se ligado à Europa	0,73	–
Adesão do seu país à Europa foi uma coisa boa	0,70	–
Confia nas instituições da UE	0,68	–
Considera que o PE representa as preocupações dos cidadãos da UE	0,60	–
Considera muito importante qual o partido que obtém mais lugares	–	0,82
Considera muito importante quais os candidatos específicos que obtiveram lugares	–	0,79
Interessa-se muito por política e assuntos da actualidade	–	0,61

Fonte: Inquérito pós-eleitoral EOS de Junho de 2004 (*EB Flash 162*). Os itens foram dicotomizados antes da análise, de modo que «1» significa «concorda» e «0» todas as outras respostas (isto é, «discorda», «não sabe», «não aplicável», etc.). A análise factorial foi levada a cabo na base de dados conjunta (para todos os países) e ponderada, sendo que os factores de ponderação ajustam as características sócio-económicas em cada país e o peso relativo de cada população nacional. Os factores estão correlacionados com um valor de $r = 0,32$, pelo que se procedeu a uma rotação oblíqua. Não se apresentam os pesos factoriais (*loadings*) inferiores a 0,5. O total da amostra ponderada é de aproximadamente 24 000. Os valores próprios (*eigenvalues*) dos dois factores extraídos são 2,9 e 1,4, respectivamente. Em conjunto, explicam 43% da variância das variáveis observadas.

Os testes realizados mostraram que as cinco afirmações de legitimidade pertencem invariavelmente a uma dimensão, mesmo que sejam submetidas a uma análise factorial que exclua os itens relativos às eleições e que seja aplicada a cada país, separadamente. Na nossa microanálise da participação nas eleições utilizámos os factores/componentes principais destas medidas de legitimidade da UE como medida genérica da aprovação da UE.

BIBLIOGRAFIA

- ACHEN, CH., e SHIVELY, PH. (1995), *Cross-Level Inference*, Chicago, University of Chicago Press.
- BÉLANGER, E. (2004), «Finding and using empirical data for vote and popularity functions in France», in *French Politics*, 2, pp. 235-244.
- BIRCH, S. (2001), «Electoral systems and party system stability in post-communist Europe», comunicação apresentada no 97.º Encontro Anual da American Political Science Association, São Francisco, 30 de Agosto-2 Setembro.
- BLONDEL, J., SINNOTT, R., e SVENSSON, P. (1998), *People and Parliament in the European Union: Participation, Democracy, and Legitimacy*, Oxford, Oxford University Press.
- CAMPBELL, A. (1966), «Surge and decline: a study of electoral change», in A. Campbell, Ph. Converse, W. Miller e D. Stokes (eds.), *Elections and the Political Order*, Nova Iorque, Wiley, pp. 40-62 (publicado pela primeira vez na revista *Public Opinion Quarterly* em 1960).
- CAMPBELL, J. E. (1993), *The Presidential Pulse of Congressional Elections*, Lexington, University Press of Kentucky.
- CAUTRÈS, B., e MAYER, N. (eds.) (2004), *Le nouveau désordre electoral*, Paris, Presses de Sciences Po.
- CONVERSE, PH. E. (1969), «Of time and partisan stability», in *Comparative Political Studies*, 2, pp. 139-171.
- COX, G. (1998), *Making Votes Count*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DALTON, R. J., e WATTENBERG, M. P. (2000), *Parties without Partisans*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- DINKEL, R. (1977), «Der Zusammenhang zwischen Bundes- und Landtagswahlergebnissen», in M. Kaase (ed.), *Wahlsoziologie heute. Analysen aus Anlass der Bundestagswahl 1976*, Opladen, Westdeutscher Verlag.
- FAAS, T., e RATTINGER, H. (2004), «Drei Umfragen, ein Ergebnis? Ergebnisse von Offline- und Online-Umfragen anlässlich der Bundestagswahl 2002 im Vergleich», in F. Brettschneider, E. Roller e J. van Deth (eds.), *Die Bundestagswahl 2002: Analysen der Wahlergebnisse und des Wahlkampfes*, Opladen, Leske + Budrich, pp. 277-299.
- FRANKLIN, M. N. (2001), «How structural factors cause turnout variations at European Parliament elections», in *European Union Politics*, 2, pp. 309-328.
- FREIRE, ANDRÉ (2004), «Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal», in *South European Society and Politics*, 9, pp. 54-79.
- HIX, S. (2001), «Legislative behaviour and party competition in the European Parliament: an application of nominate to the EP», in *Journal of Common Market Studies*, 39, pp. 663-688.
- HIX, S., e LORD, CH. (1997), *Political Parties in the European Union*, Nova Iorque, Saint Martin's Press.
- HOFFERBERT, R. (ed.) (1998), *Parties and Democracy. Party Structure and Party Performance in Old and New Democracies*, Oxford, Blackwell Publishers.
- HOOGHE, L., e MARKS, G. (2001), *Multilevel Governance and European Integration*, Lanham, Rowman and Littlefield.

- KATZ, R. (1985), «Measuring party identification with Eurobarometer data: a warning note», in *West European Politics*, 12, pp. 122-139.
- KIRCHGÄSSNER, G. (1986), «Economic conditions and the popularity of West German parties: a survey», in *European Journal of Political Research*, 14, pp. 421-439.
- KÖNIG, TH., RIEGER, E., e SCHMITT, H. (eds.) (1996), *Das Europäische Mehrebenensystem*, Frankfurt, Campus.
- KOHLER-KOCH, B., e EISING, R. (eds.) (1999), *The Transformation of Governance in the European Union*, Londres, Routledge.
- KREPPPEL, A. (2002), *The European Parliament and the Supra-National Party System*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KÜHNHARDT, L., e RUTZ, M. (eds.) (1999), *Die Wiederentdeckung Europas*, Estugarda, DVA.
- LAAKSO, M., e TAAGEPERA, R. «Effective number of parties: a measure with application to Western Europe», in *Comparative Political Studies*, 12, pp. 3-27.
- LINDBERG, L. N., e SCHEINGOLD, S. A. (1970), *Europe's Would-be Polity. Patterns of Change in the European Community*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- MAINWARING, S., e SCULLY, T. (1995), *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, Stanford, Stanford University Press.
- MARSH, M. (2005), «The results of the 2004 European Parliament elections and the second-order model», in O. Niedermayer e H. Schmitt (eds.), *Die Europawahl 2004*, Wiesbaden, VS-Verlag (a publicar proximamente).
- MARSH, M. (1998), «Testing the second-order election model after four European elections», in *British Journal of Political Science*, 28, pp. 591-607.
- MAURER, A. (2005), «Das Europäische Parlament», in O. Niedermayer e H. Schmitt (eds.), *Die Europawahl 2004*, Wiesbaden, VS-Verlag (a publicar proximamente).
- NOHLEN, D. (2004a), *Wahlrecht und Parteiensystem*, Opladen, Leske + Budrich (4.^a edição).
- NOHLEN, D. (2004b), «Wie wählt Europa? Das polymorphe Wahlsystem zum Europäischen Parlament», in *Aus Politik und Zeitgeschichte*, B17, pp. 29-37.
- NORRIS, P. (1990), *British By-Elections: The Volatile Electorate*, Oxford, Oxford University Press.
- PERRINEAU, P., e YSMAL, C. (eds.) (2003), *Le vote de tous les refus. Les élections présidentielles et législatives de 2002*, Paris, Presses de Sciences Po.
- REIF, K., e SCHMITT, H. (1980), «Nine second-order national elections. A conceptual framework for the analysis of European election results», in *European Journal of Political Research*, 8, pp. 3-44.
- SCHMITT, H. (2005a), «Multiple party identifications», in Hans-Dieter Klingemann (ed.), *The Comparative Study of Electoral Systems*, Oxford, Oxford University Press (a publicar proximamente).
- SCHMITT, H. (2005b), «Die Wahlbeteiligung der Deutschen bei der Europawahl 2004», in O. Niedermayer e H. Schmitt (eds.), *Die Europawahl 2004*, Wiesbaden, VS-Verlag (a publicar proximamente).
- SCHMITT, H. (2005c), «Political linkage in the European Union», in D. Farrell, P. Ignazi e A. Römmele (eds.), *Political Linkage Revisited*, Nova Iorque, Praeger Publishers (a publicar proximamente).
- SCHMITT, H., e EIJK, C. VAN DER (2003), «Die politische Bedeutung niedriger Beteiligungsraten bei Europawahlen. Eine empirische Studie über die Motive der Nichtwahl», in F. Brettschneider, J. van Deth e E. Roller (eds.), *Europäische Integration in der öffentlichen Meinung*, Opladen, Leske + Budrich, pp. 279-302.
- SCHMITT, H., e HOLMBERG, S. (1995), «Political parties in decline?», in H. D. Klingemann e D. Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 95-133.
- SCHMITT, H., e MANNHEIMER, R. (1991), «About voting and non-voting in the European Parliament elections of June 1989», in *European Journal of Political Research*, 19, pp. 31-54.
- SCHMITT, H., e REIF, K. (2003), «Der Hauptwahlzyklus und die Ergebnisse von Nebenwahlen», in Andreas Wüst (eds.), *Politbarometer*, Opladen, Leske + Budrich, pp. 239-254.

- SIKK, A. (2001), *Stabilisation of Post-Communist Party Systems*, Tartu, Universidade de Tartu (tese de mestrado).
- STEUNENBERG, B., e THOMASSEN, J. (eds.) (2002), *The European Parliament: Moving towards Democracy in the EU*, Lanham, Rowman and Littlefield.
- STIMSON, J. A. (1976), «Public support for American presidents: a cyclical model», in *Public Opinion Quarterly*, 40, pp. 1-21.
- TUFTE, E. R. (1975), «Determinants of the outcomes of midterm congressional elections», in *American Political Science Review*, 67, pp. 540-554.
- VAN DER BRUG, W., e EIJK, C. VAN DER (eds.) (2005), *European Elections and National Politics. Lessons from the Past and Scenarios for the Future*, Southbend, University of Notre Dame Press (a publicar proximamente).
- WÜST, A., e STÖVER, PH. (2005), «Anhang 2: Die Wahlsysteme einzelner Länder zur Wahl des Europäischen Parlaments», in O. Niedermayer e H. Schmitt (eds.), *Die Europawahl 2004*, Wiesbaden, VS-Verlag (a publicar proximamente).